



Miguel Poiares Maduro

Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional

*Regular e Gerir a Mudança em Contexto Mediático*

Conferência ERC

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Lisboa, 06 de junho de 2013



Quero felicitar a Entidade Reguladora para a Comunicação Social pela realização desta 5ª conferência anual, este ano subordinada ao tema «Regular e Gerir a Mudança em Contexto Mediático».

Encontros desta natureza são da maior importância para a reflexão sobre as mutações que estão a ocorrer nos *media*.

O tema tem merecido da minha parte, já antes de integrar o governo, alguma reflexão, no quadro das instituições europeias. No governo, coube-me a tutela da área da comunicação social.

Aproveitarei a ocasião de hoje para vos expor o que penso sobre esta área e as linhas gerais que orientarão a minha ação.

Duas preocupações centrais vão guiar o meu trabalho. Em primeiro lugar o entendimento que tenho da importância da comunicação social num regime democrático.

A comunicação social não é uma área entre muitas outras das nossas sociedades. A democracia requer uma esfera pública bem informada, inclusiva e pluralista. Os meios de comunicação social são em larga medida os criadores e os «editores» dessa esfera pública. Não são meros *media*, no sentido de meios neutros e passivos. São os seus organizadores e impulsionadores. Têm um papel central na formação do debate público permanente em que assenta o funcionamento do regime democrático.



Em segundo lugar, julgo que cabe aos meios de comunicação social um contributo decisivo para uma sociedade culturalmente mais rica, sendo o pluralismo uma dimensão dessa riqueza. Os meios de comunicação social devem refletir e promover a diversidade. Têm uma função muito importante na formação do capital humano e do capital social.

Ambos os papéis são cruciais para a democracia, cuja vitalidade depende de uma esfera pública bem informada, inclusiva, culturalmente rica e pluralista. Os meios de comunicação social têm na construção dessa esfera pública - sublinho uma vez mais - um papel ativo, central, de criação e «edição». Os *media* não são simples transmissores: são protagonistas.

A forma e o conteúdo do nosso debate público têm a ver com alguns traços da nossa cultura política e cívica, e a comunicação social não é apenas por ela moldada. Também a molda e deve ter perante ela um sentido simultaneamente crítico e construtivo.

Hoje sabe-se que os Estados com maior capacidade de adaptação e crescimento são também aqueles que têm uma melhor cultura política. Uma cultura política que é, em parte, produzida e reproduzida pelos *media*. Sem pretender responsabilizar os *media* pela nossa cultura política, acho importante que, também no seu contexto, se reflita sobre ela.



Temos de discutir mais políticas públicas e menos tática política. Isto é particularmente importante num momento em que a política e o debate público enfrentam um grande desafio cognitivo. Não há política sem conhecimento. Mas esse conhecimento, no debate público, tem de ser sempre simplificado ou o debate tornar-se-ia monopólio de uns supostos iluminados. O debate público tem de ser alargado. Mas os termos em que ele se faz não devem falsificar as questões, no esforço de as simplificar. Com a falsificação passa-se do debate político ao populismo. Sucede que a atual complexidade dos temas políticos e os múltiplos espaços onde a política tem lugar (nacionais e europeu) abre ainda mais espaço a uma simplificação desonesta.

Os cidadãos sentem-se crescentemente desorientados quanto à realidade em que as opções políticas têm de ter lugar. Um dos grandes problemas em Portugal é que tudo é contestado. Contra factos há sempre argumentos. Sobretudo porque não conseguimos colocar-nos de acordo quanto aos processos credíveis de apuramento dos factos que devem servir de base ao debate e às decisões públicas. A informação mais básica que deveria orientar a nossa deliberação democrática é ela própria contestada, tornando muito difícil um debate racional sobre as nossas opções de políticas públicas.

O Governo não pode impor a veracidade dos factos mas fará um esforço muito sério para aumentar o nível de informação disponível para os cidadãos e a credibilidade dessa informação perante todos. Sabemos que para alguns, interessados no populismo, é mais fácil contestar factos do que opor argumentos, mas iremos procurar aumentar a exigência dos cidadãos perante os factos.



Temos de ter uma cultura política correspondente à democracia que alcançámos e ao futuro que desejamos. Uma cultura política em que as ideias sejam discutidas em vez de ser substituídas por *slogans*. Uma cultura política aberta e transparente. Uma cultura em que as opções de política pública merecem mais atenção do que as opções de tática política. Uma cultura política suscetível de incorporar os interesses de longo prazo nas decisões de hoje. Uma cultura política que mais do que apenas reivindicar procure ser exigente na substância e fundamentação das políticas. Este é e continuará a ser o esforço do Governo. Espero poder contribuir para que ele se intensifique e tenha êxito. Porque sabemos que sem uma melhor cultura política as reformas que pretendemos serão mais difíceis e, sobretudo, menos sustentadas.

Para isso, assumimos o compromisso de nos empenharmos muito seriamente na melhoria da comunicação da informação que está na base das escolhas públicas.

A única coisa que ninguém pode substituir é o papel próprio da comunicação social, enquanto «editora» da esfera pública, na melhoria do nível da conversa democrática em que assenta a nossa existência política.

Além do nosso contributo no fornecimento de informação, podemos e devemos, isso sim, atentar nos novos problemas e desafios com que a comunicação social se depara hoje, e definir as modalidades em que é possível e desejável uma intervenção pública para ajudar a solucioná-los.

Identificaria dois problemas de contexto fundamentais na conjuntura atual da comunicação social.



Em primeiro lugar um problema económico, relacionado com a mudança tecnológica. A indústria dos *media* está num processo de mudança com novos modelos de negócio a serem desenvolvidos em todo o sector. A viabilidade financeira dos modelos tradicionais está claramente sob pressão, o que é particularmente manifesto na imprensa escrita e na migração da publicidade para a internet, forçando a uma igual migração daquela imprensa para esse meio. O financiamento pelas vendas tradicionais está em crise.

A transformação dos modelos de negócio impulsionada pela centralidade crescente da internet coloca problemas de financiamento, que podem afectar o jornalismo de qualidade, em particular o jornalismo de investigação. Digamos que o negócio dos *media* está longe de ter estabilizado em novos modelos, criando pressões financeiras que poderão afectar a qualidade da produção jornalística.

A própria evolução tecnológica enquanto tal tem, também, implicações na qualidade do jornalismo. Assistimos a uma multiplicação exponencial de emissores de informação. A integração de plataformas múltiplas gera fenómenos que desestabilizam os modelos tradicionais da atividade jornalística. O alcance global das novas plataformas digitais suscita questões de extraterritorialidade, pondo em causa o alcance das leis nacionais, designadamente no domínio da proteção da propriedade intelectual, com consequências que ainda não são completamente claras.



A qualidade e a credibilidade do jornalismo, pelas razões que comecei por referir e pelas lacunas culturais do nosso debate público, têm se ser o centro das nossas preocupações. Mas a nova paisagem dos *media* acrescenta outros desafios. Em particular gostaria de sublinhar que as possibilidades de multiplicação quase infinita de pontos de emissão de comunicação produzem uma erosão crescente da distinção entre jornalismo e outras formas de comunicação. Mas é claro que nada pode substituir o jornalismo enquanto tal, obrigado a códigos de conduta muito estritos, que são a garantia da credibilidade da informação que produz. Sublinharia um outro aspeto relacionado com a qualidade e credibilidade, ao qual já aludi, ao falar da complexidade crescente das questões que entraram na agenda do debate público.

Algumas das prioridades da minha atuação na área da comunicação social, e que enumerarei a terminar, decorrem dos problemas que identifiquei.

Em primeiro lugar, a prioridade ao apoio aos meios de comunicação que entenderem fazer a transferência para um novo modelo de negócio, assente em novas plataformas digitais.

Em segundo lugar, o apoio à qualificação dos jornalistas e ao jornalismo de investigação.

Para esses objetivos faremos convergir os instrumentos públicos de que dispomos, como sejam os fundos comunitários, os incentivos à comunicação social, os apoios à formação, os apoios regionais locais e a publicidade institucional.



Com esses instrumentos, e em prol de melhoria da qualidade e credibilidade da comunicação social, encorajaremos a maior divulgação e transparência dos códigos de conduta e estatutos editoriais, no respeito absoluto pelas competências das instituições que têm por primeira missão fazê-lo.

Por fim, devo referir que promoveremos, em benefício da qualidade e credibilidade, a maior transparência, objetividade e não discriminação nos auxílios públicos, incluindo o sector empresarial do Estado.

Muitos desafios que hoje se colocam à comunicação social são novos, o que significa que em Portugal, como no resto do mundo, estamos a navegar em novos mares. Outros são mais antigos, embora não menos prementes, e prendem-se com alguns traços da nossa cultura política e cívica. Tenho uma certeza: superar com êxito lacunas e desafios é de importância crucial para a qualidade da nossa democracia. Uma comunicação social verdadeiramente independente dos outros poderes, pluralista, inclusiva, culturalmente rica, bem informada e informando bem é um signo e um factor maior da vitalidade democrática. É essa a importância que lhe atribuímos. E é em função dela que agiremos.

Muito obrigado.

*(prevalece a versão oral)*